

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.954 - MG (2019/0293164-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : RENATO NUNES DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO SOARES DINIZ - MG106073
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA. AUTORIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS. AFERIÇÃO. REEXAME PROBATÓRIO. DESCABIMENTO. SÚMULA N.º 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RENATO NUNES DA SILVA, contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado no Recurso em Sentido Estrito n.º 1.0567.04.083719-5/001, que manteve a pronúncia do Agravante como incurso no art. 121, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal. O acórdão tem a seguinte ementa (fl. 476):

"EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DE HOMICÍDIO TENTADO. PROVAS DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. AFASTAMENTO DA IMPRONÚNCIA. - Presentes provas suficientes da materialidade e dos indícios da autoria, a decisão de pronúncia é medida que se impõe. - Não cabe ao Juiz sumariante a análise da procedência da acusação, uma vez que, nesta fase do procedimento, o magistrado limita-se ao exame da admissibilidade da acusação quanto ao crime de competência do Tribunal do Júri."

Houve a rejeição dos embargos declaratórios defensivos (fls. 502-507).

No recurso especial, alegou-se a ofensa aos arts. 155 e 414, inciso I, do Código de Processo Penal, pois não haveria *"provas suficientes produzidas na fase judicial sumariante a demonstrar os 'indícios mínimos' a demonstrar a autoria delitiva"* (fl. 515).

Pediou-se o provimento do recurso, com a impronúncia do Agravante.

Oferecidas contrarrazões (fls. 530-535), inadmitiu-se o recurso na origem (fls. 537-539), advindo o presente agravo (fls. 542-551), contraminutado às fls. 557-557.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do agravo (fls. 570-574).

É o relatório.

Decido.

Evidenciada a viabilidade do agravo, prossegue-se na análise do recurso especial.

Extrai-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 479-480):

"No caso, os indícios de autoria estão suficientemente demonstrados, nos termos do art. 413 do Código de Processo Penal, pelas declarações da própria vítima, que reconheceu o acusado e defendeu-se do disparo por ele realizado [...]"

No mesmo sentido manifestou-se, em juízo, a testemunha M. A. M. S. C., segundo a qual 'viu o brilho de prata da arma (...) percebeu a arma sendo jogada para dentro de sua padaria' (fl. 236), bem como a testemunha F. H. 5., que confirmou ter reconhecido a vítima e o acusado no meio da briga generalizada que ocorreu no local.

Logo, pelos depoimentos citados, não merecem guarida as alegações defensivas de não apreensão da arma ou confusão do réu com outra pessoa, visto que narrada a presença do artefato e o disparo efetuado, além de reconhecida a sua participação pela vítima.

Destaca-se, novamente, que são necessários para a pronúncia meros indícios e não provas cabais.

Outrossim, não há provas suficientes no sentido de afastar os indícios do animus necandi do recorrente, mormente tendo sido proferido disparo em meio a uma multidão e com a tentativa de apontar a arma na direção da própria vítima, como narrado anteriormente.

Portanto, ausentes provas inequívocas das alegações recursais, não se pode, no caso em tela, adotar a versão mais favorável ao réu, suprimindo a competência do Tribunal do Júri, uma vez que não cabe ao juízo de pronúncia, mesmo diante de dúvida, definir se a conduta de fato se configurou, já que tal fase rege-se pelo princípio in dubio pro societate.

Assim, cabe ao Tribunal Popular decidir sobre a ocorrência ou não de crime doloso contra a vida e o elemento subjetivo do agente."

Apesar do inconformismo do Agravante, as instâncias ordinárias, após analisarem detidamente as provas presentes no autos, concluíram pela existência de indícios suficientes da autoria delitiva, aptos a autorizar a submissão do caso a julgamento perante o

Tribunal do Júri.

Assim, a revisão das conclusões das instâncias ordinárias acerca da existência de indícios suficientes da autoria delitiva exigiria aprofundada incursão em matéria fático-probatória, o que não é possível nos estreitos limites do recurso especial, conforme se extrai da Súmula n.º 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO COLEGIADO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 568/STJ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. ANIMUS NECANDI. LEGÍTIMA DEFESA. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PLEITO QUE DEMANDA REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DELINEADO NOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DO INSTITUTO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS DELITOS DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

III - As alegações dos agravantes no sentido de que não há provas de materialidade e de indícios suficientes de autoria a embasar a decisão de pronúncia, ou de que tenham agido em legítima defesa, reclamam, necessariamente, incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento, enfatize-se, vedado pela Súmula n. 7 desta Corte, e que não se coaduna com os propósitos atribuídos à via eleita.

IV - No que concerne à alegação de que se configurou o instituto da consunção, nos termos postos na presente irresignação, inexistindo discussão perante o eg. Tribunal a quo quanto ao tema, nos termos mencionados no apelo nobre, seja por ocasião do recurso em sentido estrito, seja por ocasião da rejeição dos embargos de declaração, incide o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, ante a ausência do indispensável prequestionamento.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.036.011/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 10/09/2018, sem grifos no original.)

"PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ARTS. 121, § 2º, I, E 211, AMBOS DO CP. TEMPESTIVIDADE. DUPLICIDADE DA INTIMAÇÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. VIA DJE E ELETRÔNICA. PREVALÊNCIA DA INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. FALTA DE ASSINATURA NO RELATÓRIO DE INQUÉRITO POLICIAL. MERA IRREGULARIDADE. **IMPRONÚNCIA. FALTA DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

[...]

4. *Encontrando-se a sentença de pronúncia devidamente fundamentada, desconstituição das premissas fáticas nela assentadas, para reconhecer a inexistência de lastro probatório para a pronúncia e para a inclusão da qualificadora, exigiria revolvimento fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.*

5. *Agravo regimental provido para conhecer do agravo em recurso especial mas negar-lhe provimento.*" (AgRg no AREsp 1.231.426/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018, sem grifos no original.)

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora